



Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público



Despacho

Assunto: DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI 065/2023

Número de referência: CGE-PRC-2023/00059 - PROTOCOLO SIC Nº [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

UNIDADE: Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Questionamento acerca do motivo da falta de água, pois o motivo pleiteado não consta no site da Sabesp. Pedido não é objeto da LAI. Não conhecimento.

DECISÃO CODUSP/LAI Nº 065/2023

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta o órgão esclareceu que o pedido em questão não era objeto da Lei de Acesso à Informação (LAI) e indicou o canal correto para ter acesso ao solicitado. Em recurso a companhia de saneamento reiterou a resposta inicial e informou que o solicitante recebeu os esclarecimentos pertinentes através do canal de atendimento adequado: *"Reiteramos a resposta fornecida inicialmente para o Protocolo [REDACTED] reforçando que o SIC não é o canal adequado para informações, solicitações e reclamações sobre a prestação de serviços de água e esgotos, inclusive emergências e assuntos comerciais, os quais devem ser tratados pelos canais de atendimento oferecidos pela Empresa, já informados ao solicitante. Nesse sentido, cabe ressaltar que o solicitante, em 15/01/2023, manifestou-se por meio dos nossos canais de atendimento (Canal 195 - Serviços de Emergência - Protocolo 231549614), questionando o motivo da falta d'água ocorrida naquela data e recebeu os devidos esclarecimentos sobre o fato."* Insatisfeito, o solicitante apresentou o presente apelo revisional a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. No caso em apreço, observa-se que não foi realizado um pedido com base na Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI). Nesse sentido, cabe esclarecer que o SIC.SP recebe demandas relativas a acesso a informações, dados e documentos, produzidos e/ou acumulados na Administração Pública estadual, conforme disposto no artigo 7º da referida Lei de Acesso à Informação - LAI.
4. Cabe salientar que a Controladoria Geral do Estado, acompanha o entendimento fixado pela Controladoria Geral da União, no sentido de que *"a Lei de Acesso à Informação não ampara a formulação de consultas, reclamações e denúncias, bem como pedidos de providências para a Administração Pública Federal ou solicitações de indenizações. Os pedidos de acesso devem veicular, única e exclusivamente, o acesso a dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato."* (Referência: 48700.000688/2014-71, Órgão ou entidade recorrido: ANEEL - Agência Nacional de

Classif. documental

006.03.02.001

Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

Energia Elétrica. Recorrente: A.L.S.S).

5. Ressalta-se que os questionamentos que requerem manifestação do órgão fogem ao escopo da Lei de Acesso a Informação, não configurando, portanto, pedidos de acesso a informação, exceto nos casos em que o órgão já tenha consolidado o objeto da consulta em documentos oficiais.

6. Desta forma, o presente recurso não encontra respaldo na legislação vigente para ser conhecido, carecendo, portanto, de motivação e do pressuposto recursal da negativa de acesso, conforme previsto no artigo 20, caput do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação alterada pelo artigo 31 do Decreto nº 61.175/2015, e alterações posteriores.

7. Considerando que não se almeja reforma da resposta ofertada pelo órgão, **não conheço do recurso**, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015, alterado pelo aludido Decreto 66.850 de 15 de junho de 2022.

8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 03 de fevereiro de 2023.

Antonio Carlos Santa Izabel
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público